

Perspectivas Dissidentes e Criatividade na Segurança Pública Brasileira¹

Patrik Thames Franco (Unemat/ MT)

Palavras-chave: Polícia Militar; Ontologia; Criatividade

Este texto apresenta ideias em desenvolvimento sobre a criação, antropológica e nativa, a partir da interação com policiais e ex-policiais militares. Parte-se do pressuposto de que ambas as formas de vida, em relação, criam por analogia. Assim, descreve-se parte do material em elaboração, estabelecendo as analogias como pontes entre mundos. Policiais e ex-policiais, ao confrontarem outros pontos de vista, realizam uma intrigante contra-etnografia baseada em metáforas. Desse modo, e em consonância com a perspectiva nativa, estabelece-se que mais importante que o produto da metáfora é o que se pode fazer *com e a partir* dela.

Durante os anos de 2021 e 2023, com o objetivo de me aprofundar no universo policial com vistas a uma etnografia, passei a consumir materiais voltados a esse público, especialmente *podcasts* e *videocasts*. Um *podcast* é uma série de episódios de áudio, frequentemente em formato de conversa ou narrativa, que pode ser baixada ou transmitida pela internet. Os episódios abordam uma ampla variedade de tópicos, como notícias, educação, entrevistas e entretenimento. Um *videocast*, também conhecido como *vodcast*, é semelhante a um podcast, mas inclui vídeo. Os episódios podem consistir em filmagens de conversas, apresentações, tutoriais ou qualquer outro tipo de conteúdo visual.

Quando não estava em aula, seja como docente ou discente², dedicava meu tempo a consumir esse tipo de conteúdo, sempre munido de caneta e bloco de anotações. O conteúdo anotado visava algum proveito nas interações presenciais com policiais militares. Inicialmente, não havia considerado essas mídias como ponto de partida para uma etnografia. No entanto, assim como Evans-Pritchard (1976) se deixou guiar pelos interesses dos Azande em bruxaria e dos Nuer em gado, meu interesse por essas mídias surgiu a partir do interesse demonstrado pelas pessoas com quem eu buscava me envolver. O que era importante para elas, tornou-se importante para mim também³.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Sou docente de antropologia na Unemat, campus de Nova Xavantina, no período noturno, e discente do último período do bacharelado em direito, no período matutino, na mesma instituição.

³ “[...] the anthropologist must follow what he finds in the society he has selected for study: the social organization of its people, their values and sentiments and so forth. I illustrate this fact from what happened

Tentei estabelecer uma rotina, de modo que pudesse me inteirar da atividade policial, do vocabulário específico, os assuntos de maior interesse, a relação entre os oficiais e as praças etc., o tipo de sondagem que é comum quando se inicia o campo. A espontaneidade e empolgação dos convidados para o desenvolvimento de ideias e reflexões, que podia se prolongar por várias horas – entre duas, cinco ou até mesmo sete horas ininterruptas – era, sem dúvida, atraente a qualquer pesquisador.

Quem faz trabalho de campo com policiais militares ou com militares de modo geral sabe que há uma ambiguidade quanto à relação destes com os *paisanos*, isto é, os civis, que dificulta o estabelecimento de relações (Castro, 2021; Kant de Lima, 2019; Leirner, 1997 e 2020; Muniz, 1999). Além disso, a maioria dos assuntos que normalmente interessaria a um pesquisador *paisano*, que pretende conhecer aspectos da vida daquelas pessoas, são de acesso limitado. Isso não se deve a uma suposta indisposição, mas a questões ontológicas, jurídicas (legislação) e de organização social (hierarquia).

Diante dos microfones, pelo menos entre 2021 e 2023, os policiais pareciam não se embaraçar com relatos detalhados da vida vinculada à corporação. Não se tratava de um espaço para entrevistas, mas sim de um ambiente onde o convidado pudesse falar livremente sobre qualquer assunto, sem o risco de censura por parte dos responsáveis pelos programas – afinal, todos os responsáveis, quando não eram ex-policiais, se consideravam “simpatizantes” da polícia, geralmente patrocinados por clubes de tiro, lojas de artigos militares e entusiastas armamentistas.

Concomitante ao acompanhamento dos episódios, incluí uma rotina de leitura da literatura antropológica que versava sobre a polícia e o âmbito militar, cujos temas, em alguma medida, contrastavam com aqueles sugeridos pelos interlocutores. Do ponto de vista da literatura, e de forma similar à observação de Viveiros de Castro (1999) sobre a etnologia brasileira, observou-se um comprometimento teórico e político com temas relacionados ao Estado nacional e à “cultura organizacional”, em detrimento da vida e da perspectiva das pessoas. Assim, a ressalva é feita menos por oposição aos vieses estabelecidos do que a favor de uma perspectiva pautada em simetria e reversibilidade, que priorize o ponto de vista nativo.

INVENÇÃO, CRIAÇÃO, ANALOGIA E REVERSÃO.

in my own case. I had no interest in witchcraft when I went to Zandeland, but the Azande had; so I had to let myself be guided by them. I had no particular interest in cows when I went to Nuerland, but the Nuer had, so willy-nilly I had to become cattle minded too” (Evans-Pritchard, 1976, p. 242).

“Cultura” consiste em uma glossa a partir da qual a antropologia produz conhecimento. Refere-se a um conceito utilizado para mediar a relação entre aqueles que praticam antropologia acadêmica e aqueles a quem a prática se dirige, os interlocutores. Trata-se de um modo particular de construção de relações, tendo como referência um conjunto de conceituações, aquilo que a antropologia inventa como “cultura”, visando o engajamento com outras conceituações, as quais podem, inclusive, ser determinadas como “cultura”. Quando acionamos “cultura”, nos revestimos de “consciência da cultura”, de reflexividade referente a nossa própria alteridade, afastando-nos de uma “objetividade absoluta” em favor de uma “objetividade relativa”. É a ideia de que, como pesquisadores, fazemos parte de uma variedade do fenômeno humano e, portanto, não podemos nos colocar totalmente fora dele para estudar outras variedades de maneira completamente objetiva (Wagner, 2017).

Segundo Wagner (2017), a objetividade relativa representa a consciência das maneiras pelas quais nossa “cultura” viabiliza o conhecimento com e a partir de outras culturas, e as limitações atribuídas a essa atividade. Por esse motivo, em termos de comparação, presumir-se-ia que cada cultura, como tal, seria “equivalente a qualquer outra”. Essa suposição é denominada “relatividade cultural” – que não deve ser confundida com “relativismo”. O acordo entre a objetividade relativa e a relatividade cultural conduz a uma proposição geral do estudo da cultura: “[...] a compreensão de uma outra cultura envolve a relação entre duas variedades do fenômeno humano; ela visa a criação de uma relação intelectual entre elas, uma compreensão que inclua ambas” (Wagner, 2017, p. 18-19, aspas do autor e itálicos meus).

Esse “mecanismo de extensão do significado” corresponde à metáfora, alegoria ou, mais precisamente, ao procedimento analógico, o qual deve obedecer a três princípios fundamentais. Nos termos de Goldman (2011), primeiro, ele opera apenas em um campo de diferenças, o que significa que se utiliza analogias quando nos deparamos com situações inicialmente incomparáveis às que nos são habituais. Em segundo lugar, uma vez que a analogia não pretende a “explicação”, “análise” ou “exame”, os termos relacionados não devem pressupor a hierarquia. Por último, na medida em que relacionados, ambos os termos devem ser afetados pelo processo.

Do ponto de vista da antropologia, não obstante os diversos modos de como ela é praticada, quando do estabelecimento da relação com o outro, nossa própria relação ou “cultura” é modificada. Essa alteração representa a matéria-prima a partir da qual as

etnografias são submetidas à linguagem antropológica. Por esse motivo, “etnografia não é método”⁴ (Peirano, 2014).

Nosso relato precisa fazer sentido nos termos de nossa cultura. O trabalho de “tradução” é o modo pelo qual o relato de nossa experiência é capaz de fazer sentido para a perspectiva antropológica. Assim, se a antropologia se compromete com um tipo de rigor, baseado na profundidade e abrangência da relação com o outro, o quanto de experiência seria necessário para o estabelecimento desse tipo de relação? Alinhando-me a Wagner (2017), e a Viveiros de Castro (2012), diria que o suficiente para que se pudesse apreender tanto o caráter relativo de como vivemos nossa própria vida, como a identificação de outras potencialidades e possibilidades de vivência para além desta⁵.

Desse modo, a invenção da cultura do outro reage diretamente sobre a invenção da nossa própria cultura, tornando-a “visível”. O trabalho de campo pode ser entendido como uma experiência de objetificação da cultura. Independente do quanto estejamos familiarizados com modos de vida diferentes dos nossos – particularmente, com os modos de vida de nossos interlocutores –, ou ainda com a literatura antropológica que trata de experiências a partir daquelas vidas, precisamos começar como “uma criança no mundo” (Seeger, 1980).

O momento em que nos voltamos para o campo representa esse compromisso em tornar a “cultura” visível, “tangível”, de modo que possa nos envolver e ser vista em tudo que nos cerca. Em campo, os problemas imediatos são menos de ordem acadêmica ou intelectual do que de ordem prática. Longe de serem meros contratemplos, obstáculos como a dificuldade de instalação e estabelecimento de contatos, atrasos e desculpas esfarrapadas, enquanto expressões do desconforto gerado pela presença de um possível estranho, representam mecanismos de defesa que favorecem o distanciamento necessário para o exame e avaliação do outro. Esses problemas, decorrentes de tentativas de associação, por mais estranhos ou triviais que possam parecer, são indispensáveis para o estabelecimento das relações.

⁴ Peirano desenvolve da seguinte forma: “Monografias não são resultado simplesmente de ‘métodos etnográficos’; elas são formulações teórico-etnográficas. Etnografia não é método; toda etnografia é também teoria. Aos alunos sempre alerta para que desconfiem da afirmação de que um trabalho usou (ou usará) o ‘método etnográfico’, porque essa afirmação só é válida para os não iniciados. Se é boa etnografia, será também contribuição teórica” (Peirano, 2014, p. 383). Ingold, em “Antropologia não é etnografia”, também desenvolve a ideia de “artesanato intelectual” em Mills, para quem não há divisão entre método e teoria: “[...] teoria e método devem ser unidos como um artesanato” (Ingold, 2015)

⁵ “O melhor dos mundos possíveis deve necessariamente ser um mundo onde um outro mundo é possível: mas é necessário que esse outro mundo seja um mundo dentro deste, imanente a este, como uma de suas possibilidades ainda não realizadas” (Viveiros de Castro, 2012, p. 153, *itálicos do autor*)

Tão logo se envolva em relações substanciais, o pesquisador tende a se deparar com situações percebidas como contraditórias, conflitos ontológicos que podem se acumular à medida que aumentam as interações e o número de pessoas envolvidas. A interação cumulativa entre diferentes formas de experienciar a vida favorece a ocorrência de “mal-entendidos” – problemas, não necessariamente no sentido negativo. Nesse sentido, a dinâmica do encontro etnográfico e as múltiplas e mútuas tentativas de comparação devem ser vistas mais como um ponto de partida para diferentes antropologias, para as quais se faz necessário o manejo ou “controle” das contradições ou “equivocos” (Viveiros de Castro, 2004). Em vez de tentar eliminar a diferença, por exemplo, a partir da interpretação ou racionalização, propõe-se explorá-la de forma produtiva, delineando e discernindo as implicações de equivocos e contradições.

Em linguagem antropológica, os equivocos e contradições emergem de situações envolvendo o sentimento de “choque cultural” (Wagner, 2017). Do ponto de vista do antropólogo, a vida nativa geralmente se manifesta sobre nossas vidas a partir de uma possível inadequação ao contexto para o qual nos dirigimos. Voltando-nos ao outro, primeiramente, é a nossa própria vida que se faz visível. A experiência de “choque” é mútua, e os interlocutores também podem experimentar reflexivamente a alteridade de suas vidas. Isso também se aplica ao manejo nativo dos equivocos, uma atualização da variante antropológica, não necessariamente através dos procedimentos da antropologia.

Na medida em que estabelece procedimentos de controle da mediação com o outro, a antropologia acadêmica o inventa como cultura. E o faz a partir da objetificação da cultura do outro, por meio da qual o antropólogo constrói seu aprendizado. O estabelecimento de marcos objetivos que se referem à situação com a qual se está lidando é importante para a própria delimitação da atividade antropológica. Como disse, isso implica na clarificação do modo como se aprende a partir da mediação e a forma como esse “aprendizado” será transmitido para uma comunidade em forma de artigo, dissertação etc.

Assumir “cultura” como “coisa”, procedendo como se possuísse existência material, é uma ferramenta, uma “muleta” no contexto da invenção (Wagner, 2017). Assim, ao acionarmos o aparato simbólico de nossa “cultura” para manejar a relação construída com o outro, procedemos por analogia. Analogias são comparações que nos ajudam a familiarizar a diferença. Para que algo possa se tornar minimamente familiar, é preciso estender nosso aparato simbólico a outras variações, visando o controle da relação

estabelecida. Procedendo dessa forma, inevitavelmente nos deparamos com os limites e as particularidades da cultura.

O método analógico, ao comparar e contrastar outras culturas, não só ilumina aspectos destas, como lança luz sobre o caráter inventivo referente à nossa própria cultura. Por esse motivo, enquanto experimento antropológico, deve ser controlado, de modo que a vida para a qual se dirige, no sentido de conhecê-la por analogia, também sirva como controle na rearticulação da nossa própria vida. Nosso “aprendizado” torna-se, pois, função do “investimento” de nosso próprio modo de vida, no sentido de que, a partir da relação, este possa ser ameaçado, criticado, afetado e contraexemplificado. A possibilidade precisa ser real. Precisa existir.

Se estamos falando em relação, é claro que a recíproca é verdadeira, motivo pelo qual, não obstante sua “densidade”, não há que se limitar a atividade antropológica a uma atividade “descritiva” do objeto. Existe uma simbolização intencional conectada com a intenção de representação antropológica desse objeto externo e imprevisível, a qual não deve ser negada. Ao manifestarmos nossa intenção inventiva, confrontamo-nos com a contrapartida nativa. Wagner (2017) explica que as analogias antropológicas, na medida em que teriam necessidade do que lhes é externo e objetivo, seriam “controladas” pela imagem da realidade e pela falta de consciência do criador sobre sua criação. Afinal, um estudo antropológico autoconsciente, isto é, manipulado, excluiria o que está sendo chamado de “aprendizado”, retornando ao ponto sem retorno da “descrição densa”. Por esse motivo, é importante a obviação do próprio conceito de criação. A invenção se realiza de modo espontâneo, sem as amarras das expectativas e julgamentos.

O fato de ter de lidar com uma nova situação impulsiona a imaginação e o autogerenciamento do inventor. Assim como no choque cultural, onde somos forçados a adaptar nossas expectativas e encontrar novas formas de agir, o inventor se vê compelido a abandonar suas ideias preconcebidas e buscar soluções inovadoras. A frustração torna-se o ponto de virada no processo de invenção. É nesse momento que o inventor se abre para novas possibilidades, realizando a criação e respectiva solução nos termos de seu aparato simbólico. De modo geral, a invenção representa o refinamento das analogias decorrentes da transformação da extensão da cultura do inventor em campo. Refinando-as, o inventor as aproxima de sua própria experiência, oportunidade na qual é comum a ocorrência de antinomias ou “mal-entendidos criativos” (Sahlins, 1985), que ao invés do fim, deveriam representar o começo de toda antropologia.

Wagner ilustra o conceito de invenção como experimento com a própria cultura, tomando como exemplo uma simplificação da arte do pintor flamengo Pieter Bruegel, o Velho. Segundo Wagner, na antropologia e na arte, nossos “objetos” operam como “controle na criação de nossa cultura”. Além disso, nosso “aprendizado” leva adiante a articulação e movimento das ideias que nos orientam.

Bruegel, o Velho, foi um mestre da pintura flamenga do século XVI, lembrado por sua abordagem inovadora ao realismo, incorporando elementos alegóricos, satíricos e humorísticos na figuração da vida camponesa. Ele aperfeiçoou sua técnica com mestres renascentistas italianos. Entretanto, apesar de se alinhar à perspectiva da redescoberta do homem e do mundo, assim como outros pintores da escola flamenga dos Países Baixos e do Ducado da Borgonha, diferenciou-se de seus antecessores e da estética italiana. Voltando-se para pessoas comuns, inovou, inclusive, em relação à própria escola flamenga.

Wagner explica que a arte bruegeliana constitui uma “deriva análoga”, figuração ou representação do realismo anterior, embora obviada ou diferenciada. Para apreender a “cultura camponesa”, Bruegel valeu-se de articulações realistas renascentistas italianas. As articulações da escola flamenga, sobretudo o domínio do detalhe e a habilidade de simulação da realidade, também se fizeram presentes. Na arte de Bruegel, mantém-se a potência alegórica, incluindo a ironia no detalhamento do profano, todavia moderando a caricatura, efeitos alcançados a partir da representação detalhada da vida prosaica.

O que se enfatiza é a relação estabelecida entre o pintor e os camponeses, que implicou em alteração destes e daquele. Para que esta pudesse se estabelecer, ambos tiveram que se alterar. A composição em questão é produto do “controle” referenciado a partir das vidas camponesas. Ideias são levadas adiante mediante transformações, de modo que todo bom artista – ou antropólogo – tornar-se-ia parte separada de sua cultura, motivo pelo qual poderiam ser referidos como “educadores” (Wagner, 2017, p. 30). Destarte, de que forma o realismo e a vida camponesa, em sentido radical, se faziam presentes na vida do próprio artista, sendo estendidas por ocasião da invenção?

Wagner leva-nos a entender que Bruegel foi afetado pelas circunstâncias da vida camponesa, que se manifestava através da preferência autoral por provérbios e alegorias, como exemplificado na pintura “Provérbios Neerlandeses”. Esta obra representa o cotidiano aldeão por meio de mais de cem ilustrações, baseadas em provérbios, expressões e sentenças usuais à época do autor. O antropólogo explica que provérbios e campesinato representam aspectos do mesmo interesse, pelo fato de pertencerem à

sabedoria popular camponesa. A representação daquelas pessoas, segundo estilos, temas e gêneros da arte flamenga, ao apresentar temas tradicionais através de analogias e criar alegorias, conferia-lhes humanidade.

Assim, a alegoria se tornou o meio pelo qual o significado não apenas foi criado – por extensão analógica do universo do inventor –, mas também tornado plausível e comunicado. Mesmo obviadas em representações visuais, as ideias e temas de Bruegel mantiveram-se identificáveis. À inovação de significado, o autor refere-se como “alegoria”: analogia com uma significação incisiva (Wagner, 2017, p. 32). Desse modo, por meio de extensões analógicas, é possível reagir sobre a convenção, inovando ou diferenciando. Segundo Wagner (2017), a perspicácia da antropologia em Bruegel torna-se mais evidente em iconografias religiosas em contextos contemporâneos, como exemplificado nas pinturas “O Censo de Belém” e “O Massacre dos Inocentes”.

Assim como Shakespeare, Bruegel, ao longo de seu processo criativo, utiliza o recurso analógico para familiarizar eventos históricos e teológicos, tornando-os críveis e reconhecíveis para seu público. Em suas obras, vemos Jesus, Maria, José e o burrico, além de camponeses em paisagens nevadas típicas dos Países Baixos. A analogia com Shakespeare é pertinente ao destacar que ambos empregavam o humanismo como meio de explorar e compreender a alteridade. Shakespeare, por exemplo, explorava a variedade e esplendor da vida elisabetana para criar analogias que transcendiam épocas e culturas (Wagner, 2010). Seus personagens, embora situados em contextos diferentes, eram metaforicamente ingleses, criando caricaturas que divertiam seus contemporâneos. Esta abordagem de Shakespeare ecoa na obra de Bruegel, que também usava elementos familiares para retratar o exótico. Ao ambientar cenas bíblicas em paisagens e contextos flamengos, com personagens vestidos com roupas típicas da época, o pintor tornava o sagrado acessível e compreensível, permitindo uma conexão mais profunda com as histórias e personagens.

A utilização de analogias, no entanto, não deve ser vista como mera comparação superficial. Elas são criadas para formar alegorias, transmitindo mensagens mais profundas. “O Censo em Belém” e “O Massacre dos Inocentes” vão além da adaptação para o público contemporâneo; são composições analógicas que sugerem que as situações e dilemas apresentados são universais. Ao mostrar Maria e José procurando abrigo em uma aldeia flamenga, Bruegel evoca as mesmas dificuldades enfrentadas no século XVI. Ao representar os soldados de Herodes como tropas espanholas dos Habsburgos, critica-se a opressão contemporânea, equiparando os soldados bíblicos aos opressores da época.

Assim, a analogia entre eventos históricos e teológicos e a vida flamenga serve como uma alegoria sobre a condição humana.

Entender a cultura do outro vai além do descritivismo. Da mesma forma, a pintura não se resume à descrição do que está representado. Em vez de simplesmente “interpretar”, é mais produtivo comparar e colocar “culturas” em perspectiva umas com as outras. Os elementos que usamos como modelos analógicos para explicar nossos temas são interpretados no processo. Ao criar “cultura”, colocamos nossa própria cultura em perspectiva, o que nos permite entender melhor a nós mesmos e nossa criatividade em relação aos nossos mundos e conceitos.

Em relação à pintura, houve uma mudança do foco alegórico inicial para uma ênfase no processo de criação em si. A interpretação não se limita mais aos elementos visuais presentes na obra, como figuras, cores e composição, mas se estende à interação entre o artista, sua intenção e o observador. Esta mudança complexifica o aspecto comunicacional da arte, transformando-a em um diálogo sutil capaz de transmitir ideias e emoções profundas.

Em relação à antropologia, para além de sua autoconsciência, seria possível uma antropologia autoperceptiva? Quanto de nós é criado no ímpeto da criação do outro para nós? Qual a relatividade de nossos conceitos? Se, por um lado, admite-se a objetificação dos conceitos do outro enquanto “categorias nativas”, por outro lado, qual o rendimento da objetificação de “nossos” conceitos pelos nativos? O que se pode fazer com esses conceitos? Parte-se do pressuposto de que, situando nossos conceitos com a mesma relatividade com a qual procedemos às conceituações nativas – e aqui reside um ponto central do programa antropológico com o qual a presente proposta se filia –, apreenderíamos nossos significados de uma perspectiva verdadeiramente relativa. Assim, quando a antropologia é tomada como uma prática de sentido em continuidade epistêmica com as práticas sobre as quais pondera, está se fazendo o que sempre se chamou propriamente de “antropologia”, que difere de outras ciências sociais (Viveiros de Castro, 2002). Fazer antropologia é comparar antropologias (Viveiros de Castro, 2015). Assim como o pintor holandês Rembrandt, citado por Wagner, externalizou e examinou seu próprio comportamento e caráter em seus autorretratos, nós, antropólogos, poderíamos externalizar e examinar nossos próprios conceitos. Isso nos permitiria a apreciação de nossos próprios significados da mesma forma como nos interessamos pelos conceitos nativos, alcançando assim um entendimento mais profundo e relativo de nossa própria existência.

O CAMPO COM POLICIAIS E EX-POLICIAIS MILITARES

Os interlocutores colocam-se em situação de mediação, de modo análogo à forma como coloco-me diante destes. Procedemos, todos, a partir de analogias, sendo as minhas referenciadas a partir do universo antropológico, em vista do público para o qual pretendo comunicar um conjunto de conexões parciais. Nesta parte, ainda que de modo pouco sistematizado, disponibilizo fragmentos de conexões parciais envolvendo interlocutores policiais e ex-policiais, os quais direcionam suas analogias objetivando relações com o público consumidor de *podcasts* policiais

O primeiro, referido como Z., identifica-se como homem negro, calvo e com sobrepeso. É cristão devoto, conservador e bolsonarista, porém, “nem de direita, nem de esquerda”. Trabalhou na antiga Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru, é tocador de flauta transversal na igreja e é soldado aposentado da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), tendo se aposentado devido a problemas de saúde mental.

Z. é conhecido não apenas no estado de São Paulo, mas em todo o país, devido ao engajamento com a causa de policiais “praças” e sua postura decidida para lidar com diversas situações, o que o torna indesejado por alguns. Participa com frequência em podcasts policiais, lives, postagens e stories em redes sociais. Uma de suas marcas registradas é o uso de caricaturas para expressar suas opiniões e sentimentos. Um exemplo disso é a “língua curta”, uma gravata de largura reduzida utilizada com frequência. O tamanho da gravata é simbólico, representando os salários e direitos limitados da classe trabalhadora.

Em outubro de 2021, exercia a profissão de entregador de aplicativo, sendo comumente chamado de “motoca”. Descreve a si mesmo como um “cachorro louco” sobre duas rodas, e afirma que o “tempo de polícia” o tornou experiente. Com 20 anos de “serviço ativo”, envolvendo ocorrências e patrulhamento ostensivo, somados aos 6 anos como militar aposentado, ele se considera um “antigão”, uma figura revestida de autoridade, honra e prestígio.

Desde o início de sua carreira, sempre esteve envolvido em controvérsias. Acreditava que da maneira como a instituição se apresentava, não poderia progredir; que seria necessária uma mudança de valores que, se não viesse de dentro da própria instituição, aconteceria de forma espontânea.

Do ponto de vista das praças, existe uma tendência em perceber os oficiais como parte de um círculo hierárquico conservador, circunscrito a um sistema – o militarismo – que potencializaria o conservadorismo da classe. Nos termos dos interlocutores, se dependesse do oficialato, a polícia continuaria a operar como durante o período imperial, razão pela qual todos deveriam se opor ao “militarismo”.

O “militarismo” é visto como um resquício do passado, e sua persistência dentro da polícia seria para manter os privilégios dos oficiais em detrimento das praças e da própria sociedade civil. Como um projeto de dominação, por uma questão de eficácia, haveria uma preferência pelos “cones”, ou seja, os policiais recrutas, “inexperientes”, e por isso, sem a habilidade de “trocar ideia”. Todo “cone” é um autômato, subserviente e obediente – afinal, segundo o ditado militar: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Este jamais questionaria as ordens de um superior hierárquico ou “a letra fria da lei”, mesmo que esteja diante de uma situação desfavorável a um “cidadão de bem”, o oposto do “bandido”.

O militarismo, hoje, nas polícias, é inaceitável, descabido. Por que os caras mantêm a polícia militar? [isto é, enquanto instituição militar]. Não é uma pergunta retórica. Você tem noção do motivo? Porque é o seguinte: a idade militar. Qual é a idade para que se possa entrar na polícia? A idade mínima é 18 anos. Com todo respeito a todos, também entrei na polícia quando era moleque. Aí, pergunto: um garoto de 18, 19 anos, cara não tem esposa, não tem sogra para encher-lhe o saco, não tem filho, não tem um gato para ter de alimentar. Aí, você forma um cara desses em 8 ou 9 meses, manda para a rua, numa viatura [...]. Qual a maturidade que esse cara tem para resolver os diversos tipos de ocorrências que se apresentam? Por exemplo: ocorrência besta, você aborda um cara aí com documento do carro atrasado. Pô, o cara está *trampando* [trabalhando], aí você apreende o carro do cara. ‘Ah, não, porque é a lei, não sei o quê, coisa e tal [...]’. Sendo que se poderia utilizar o bom senso e, como ninguém está vendo, liberar: ‘vá embora, irmão!’. ‘Ah, é prevaricação, é crime!’. Ninguém viu merda nenhuma! Não é um ‘bandido’ que se está soltando, não é ‘ladrão’. Chega no cara e ainda dê uma boa comida de rabo, uma *dura* nele. Diga: ‘ó, maluco, se eu te catar de novo, aqui, vou apreender seu carro’. ‘Ah, mas, estou *trampando*’. ‘Vá arrumar esse carro, irmão. Arrume a documentação. Certo?’. É o que eu vejo, por exemplo, com os motocas [motociclistas]. Os caras [PM] catam os motocas, prendem as motos dos caras. Está cheio de caras com a bagzinha [diminutivo de bag, ‘bolsa’; interlocutor se refere às bolsas de entregadores] nas costas, metendo os canos [se referindo a “bandidos” que também se passam por “motocas”], roubando os próprios motocas. É bom [a PM] abordar os motocas, mesmo. Mas, porra, você cata o aplicativo do moleque aqui na mão, certo? ‘Posso ver teu aplicativo? Se tu está *trampando*, mesmo?’. O cara vai, abre o aplicativo e vai ver, lá, mano: 20, 30 entregas. O cara está *trampando*. Só que hoje, infelizmente, o que acontece? O Comando

colocou uma câmera no peito do policial, gravando durante 24 horas o que está fazendo – digo, 12 horas de serviço, né. Então, esse cara [PM], se, se valer do bom senso. liberar esse maluco [que está trabalhando, porém, com documento da moto atrasado], ele *vai arrumar para a cabeça dele*, provavelmente. Então, tem esse detalhe. Muitas vezes, não é nem questão de falta de maturidade, a questão é que tem a câmera ali, e se o cara [PM] soltar, ele está ferrado. Aí, nesse caso, não se deve soltar, para não se foder. Estou falando da situação da câmera. Mas, retirando a câmera, vamos supor: você abordou o maluco, o cara está com um pneu careca e tal, mas você vê que ele está com a bagzinha [bolsa de entregador] ou baú, trabalhando pra cacete, ali. Trabalhador, mano. Entendeu? Aí, você vai apreender a moto, sendo que está lotado de ladrões para serem presos? – ladrão, mano, ladrão. E, muitas vezes – agora, não; agora, é questão da câmera, mesmo –, mas, muitas vezes, é falta de maturidade (Z., 2021).

Neste segmento, se discute a questão da militarização nas forças policiais e sua inadequação na sociedade atual. Z. questiona a razão pela qual as forças policiais ainda operam como instituições militares, destacando a falta de maturidade e experiência dos jovens recrutas que ingressam na corporação com pouca idade e experiência de vida, sob forte influência do militarismo e da opressão por parte dos oficiais. Ele ressalta a falta de discernimento em situações cotidianas de policiamento, como a apreensão de veículos por infrações menores. O ex-policial argumenta que, em vez de aplicar a “letra fria da lei”, se deveria utilizar o bom senso e a discrição para resolver incidentes de maneira mais justa, levando em consideração as circunstâncias individuais de cada caso. Oferece o exemplo dos entregadores de aplicativos, cujas motocicletas são frequentemente apreendidas mesmo quando estão trabalhando de maneira honesta. Sugere que, em vez de punir de maneira indiscriminada, os policiais deveriam verificar se as pessoas estão realmente trabalhando e, se for o caso, permitir que continuem seu trabalho, desde que regularizem as infrações cometidas – o que, ainda assim, não dispensaria algum procedimento corretivo – geralmente, uma “dura” ou “esculacho”. Por outro lado, reconhece a pressão sobre os agentes para agirem de maneira rigorosa, devido à constante vigilância por meio de câmeras corporais. Em suma, enfatiza a necessidade de repensar a abordagem policial, afastando-se do modelo militarista e adotando uma postura mais flexível e humanizada, que leve em consideração as nuances e contextos individuais de cada situação.

A atividade de policiamento oferece uma perspectiva interessante sobre o impacto insidioso do militarismo nas praças. Durante o patrulhamento ostensivo, geralmente classificam os diferentes sujeitos em duas grandes categorias: “cidadão de bem” e

“bandido”. Apesar da aplicação da “letra fria da lei”, existe uma diferenciação no tratamento dado a essas pessoas. Em contraste com os “cones” ou recrutas, um policial “maduro” em ação direcionaria sua conduta para “atrasar a vida do bandido”, não a de “pessoas de bem”. Entretanto, um policial sob a influência do militarismo tende a ser menos flexível na interpretação de atos ilícitos. Isso faz com que o militarismo seja particularmente prejudicial para aqueles com pouca experiência.

Devido à falta de experiência, um “cone” geralmente indis põe da habilidade de “desenrolar”, ou seja, lhe falta sabedoria para “trocar ideia”. A tendência de seguir a “letra fria da lei” os torna alvo de várias brincadeiras. Tive notícias de um grupo de praças recém-saídos do curso de formação, a quem as praças mais experientes dirigiam expressões como “teje preso”, uma variação bem-humorada da expressão “está preso” ou “você está preso”. Portanto, um “cone” seria aquele que “pensa pouco e prende muito”. Z. menciona um incidente de perturbação do sossego, uma contravenção penal prevista pelo art. 42 da Lei de Contravenções Penais, para desenvolver melhor essa ideia. A discussão continuará a partir deste ponto.

Por exemplo: o cara está escutando umas músicas no volume alto, aí o vizinho chama [a PM]. Você chega ali, se você tiver ideia para trocar, você consegue fazer abaixar o volume do som. Só na ideia, mano. Na ideia. Chega e faz com que se abaixe o som, na ideia. Se não tiver maturidade, você vai chegar ali e vai ser pau, cacete, tiro e bomba, cara joga pedra, quebra o vidro da viatura, um machuca o outro. E, muitas vezes, é falta de maturidade. Por exemplo: caras de 30, 40 anos, estão em condições físicas para entrar para a polícia. Hoje, não aguentaria sair na porrada com nenhum. Só que a polícia não quer mais. Porque essas pessoas têm maturidade. Não são mais aqueles menininhos, cheios de espinhas na cara, que podem chegar e falar um monte de coisas para o cara, e o cara: ‘vou abraçar, papai mandou’. Entendeu? Os caras não querem isso aí. As polícias militares não querem o cara maduro, que tenha maturidade. Elas querem um cara que vai chegar lá e vai servir de *cone*: coloca um cone aqui, outro cone ali, aperta o botão, é isso [autômato]. Sem falar que esse cara não tem um pingão de noção de política, geopolítica, de história, de nada, mano. Não tem um pingão de noção de nada, mano. E aí, qual o grande problema? Esse cara não é politizado. Aí, a gente tem uma polícia sem poder de barganha nenhum, entende? Barganha, poder de barganha. Todo trampo demanda essa habilidade, demanda saber barganhar para poder se manter. ‘Você sabe fazer o meu trampo?’ ‘Não?’ ‘Então, é o seguinte: você terá de me pagar tanto, senão não dá’. ‘Então, irei embora’. ‘Não, calma aí’. [Isso é] poder de barganha. As polícias não têm poder de barganha. Justamente, pelo fato de serem militares. Esse é o grande problema dos comandantes da polícia. Entrei nesse assunto porque você me perguntou sobre como se comportam os comandantes da polícia. *O pensamento dos caras é esse: manter esse sistema arcaico, medieval, feudal, que é o militarismo* (Z., 2021, itálicos meus).

O interlocutor inicia sua argumentação contextualizando uma situação típica de intervenção policial em um cenário de perturbação do sossego, ressaltando a importância da habilidade de negociação e comunicação para a resolução pacífica de conflitos. Neste contexto, destaca-se a ausência de maturidade, decorrente do militarismo, como um fator preponderante para a eclosão de confrontos, evidenciando a necessidade de um corpo policial mais capacitado e experiente.

A abordagem posterior se concentra na preferência das instituições policiais por recrutas jovens e menos experientes, considerados mais suscetíveis à autoridade e menos propensos a questionar ordens superiores. No entanto, o fragmento apresenta uma crítica contundente a essa prática, enfatizando a importância da maturidade e do conhecimento político dos agentes para uma atuação mais eficiente e adaptável aos desafios contemporâneos. Além disso, destaca-se a análise sobre o poder de barganha, que se revela limitado devido a uma estrutura hierárquica rígida e sua respectiva vinculação ao paradigma militarista. Tal limitação, argumenta-se, compromete a capacidade das instituições policiais de se adaptarem às demandas sociais e políticas em constante mutação.

Em geral, tanto os ativistas ex-policiais militares quando parcela significativa do efetivo das polícias militares brasileiras apresentam uma argumentação clara em favor da restrição do militarismo às Forças Armadas, com sugestões de revisão no Código Penal Militar e nos Estatutos do Exército, Marinha e Aeronáutica. Z., por exemplo, fundamenta sua posição destacando as condições adversas enfrentadas pelos membros das Forças Armadas, das quais o público em geral muitas vezes não tem conhecimento. Ressalta que já é possível observar situações problemáticas nas polícias militares, e imagina que nos quartéis das Forças Armadas tais condições podem ser ainda mais severas. Essa constatação o leva a argumentar que o militarismo deve ser exclusivo das Forças Armadas, justificando essa separação pelo fato de que o treinamento militar é direcionado para a guerra e ações ofensivas, como explodir bombas em outros países.

O pensamento dos caras é esse: manter esse sistema arcaico, medieval, feudal, que é o militarismo; que, na minha opinião, hoje, deveria ficar restrito às Forças Armadas – e, mesmo assim, algumas coisas precisam ser revistas, tanto no Código Penal Militar, quanto nos Estatutos do Exército, Marinha, enfim, nos Estatutos das Forças Armadas. Porque, mano, é um absurdo o tipo de situação a que os caras da ativa, do Exército, Marinha e Aeronáutica são submetidos; e, que nós não

fazemos ideia do que os caras sofrem, ali. Nas polícias militares, a gente já vê acontecendo. Imagina nos quartéis do Exército, irmão. Então, na minha opinião, militarismo tem que existir, sim. Mas, voltado às Forças Armadas, porque é um pessoal diferenciado, treinados para a guerra, para explodir bombas em outros países. ‘Está em guerra com outro país? Então, tá: jogue bomba lá, mata, mata, dá tiro’. Exército é isso: para matar o inimigo. Militarismo é para treinar esse pessoal [para matar]. Você não pode pegar esse mesmo sistema, que é utilizado para treinar gente para matar, para destruir, e colocar, empregar em uma polícia, cujo objetivo é a defesa dos direitos civis, direitos humanos. Policial militar não tem direitos humanos nenhum. Nenhum, velho. Nem o direito à vida (Z., 2021).

Z. enfatiza a natureza letal do treinamento militar, voltado para capacitar indivíduos a matar e destruir, o que considera incompatível com o papel das polícias, cujo objetivo é a defesa dos direitos civis e humanos. Também ressalta a falta de reconhecimento dos direitos humanos, inclusive o direito à vida, por parte dos policiais militares. Ele desenvolve a ideia fazendo menção ao juramento realizado por ocasião do ingresso na corporação, a partir do qual se renunciaria ao direito à vida. Embora possa variar ligeiramente de acordo com os estados, o juramento manifesta o comprometimento com a proteção e a preservação dos valores democráticos.

Em relação aos militares, de modo geral, não é difícil compreender a relevância da hierarquia e disciplina no contexto das relações sociais. O mesmo pode ser dito em relação aos ativistas ex-policiais militares, de modo que é raro desenvolver alguma relação que não mobilize ou seja atravessada por essas categorias. A própria subjetivação da perspectiva ativista se realiza a partir da crítica à hierarquia e disciplina. A seguir, encontra-se uma interessante narrativa sobre o tema, elaborada por Z., a qual optou-se pela reprodução integral.

O que acontece: a polícia militar foi criada no Brasil dentro de um contexto no qual o país vivia [uma transição]: o mundo acabava de sair do sistema feudal. Então, estávamos vivendo um sistema diferente do feudal, no entanto, as polícias foram criadas dentro daquele contexto. Os militares e o sistema militar que temos hoje, foram criados no contexto do feudalismo. Como funcionava? Tinha-se um feudo, uma grande fazenda, na qual pessoas eram contratadas para prestar serviços. Fazia-se uma carta, um contrato, a partir do qual os vassallos eram contratados pelos seus suseranos. Você era suserano do cara, o qual se tornava seu vassalo. Ele [vassalo] tinha algumas obrigações [para com seu suserano], dentre as quais, a principal seria doar parte da produção, ou melhor, quase tudo daquilo que se produzia, para o senhor feudal. Daremos o exemplo da produção de lã de ovelha:

se se produzia uma tonelada por mês, hipoteticamente. Desse montante [1 tonelada], 500 quilos [meia tonelada] seria destinado ao senhor feudal, e os 500 quilos restantes seriam destinados a um sistema de trocas, a partir do qual se adquiria outros produtos, tais como arroz etc. Essa era uma das obrigações do vassalo. Em alguns filmes, a gente observa que, em alguns feudos, os caras [vassalos] viviam em situação miserável. Outra obrigação [do vassalo para com seu suserano] consistia no oferecimento da filha virgem, a qual era estuprada no dia do casamento, na casa do senhor feudal – podendo, inclusive, ser compartilhada com filhos e netos do anfitrião [senhor]. A menina era estuprada por todo mundo. Outra obrigação consistia no oferecimento dos filhos [gênero masculino], em “idade militar” [aspas do interlocutor], por volta dos 16 anos, para servir e morrer nas praças de guerra. Daí o nome ‘praça’. Esses senhores feudais organizavam exércitos para defender o feudo. Então, eles pegavam esses exércitos e os levavam ao rei, o qual seria responsável por patentear. Aí, o rei oferecia a carta-patente. Quem seriam os Comandantes? O filho do camponês [vassalo]? Não. O filho do senhor feudal. Era ele quem comandava as tropas. Pertencia aos Oficiais. A polícia militar e os militares, no Brasil, derivam desse contexto. Bom, o que acontece, infelizmente, o Brasil, após a assunção [coroação] de Dom Pedro II, consistiu em um Império no qual o rei [...] – é até difícil falar, muita gente vai dizer que estou falando besteira, entendeu? Mas, assim, se você é filho de pastor evangélico – o pastor é aquele cara chato, que não deixa ir ao baile, fumar narguilé, tudo é coisa do diabo, não quer que se tenha amizade com cara que é veado etc. –, quando você crescer e se tornar maior de idade, o que vai acontecer? Ou você vai seguir aquela crença, tornando-se um babaca, como o pai, ou vai se tornar um rebelde. Vai falar: ‘vou virar macumbeiro!’. Conheço vários macumbeiros que são filhos de pastores. Por quê? Porque o cara foi criado dentro de um sistema tão dogmático, dentro de uma pressão tão grande, que decide ser totalmente diferente. Entendeu? Bom, Dom Pedro I [sic] [i. e. Dom Pedro II] e Teresa Cristina [de Bourbon-Duas Sicílias] [Dom Pedro I foi casado com Maria Leopoldina] viveram isso. Eles tiveram uma infância em um contexto muito opressor. No entanto, quando [Dom Pedro II] assumiu o poder, se tornou uma pessoa totalmente diferente de tudo que representava a monarquia portuguesa e demais monarquias mundo afora. Tanto é que Dom Pedro II era abolicionista. Teresa Cristina, esposa de Dom Pedro II, também era abolicionista, completamente diferente de seus pais e avós. Ela tinha uma fazenda na qual acolhia escravizados foragidos. O escravizado fugia de determinada propriedade e se refugiava na propriedade de Teresa Cristina, contra o qual nada podia ser feito. Aí, a aristocracia local ficava puta: ‘porra, essa mulher atrasando a minha vida, *comunista, esquerdista*, quer acabar com os escravos. Como faremos para poder fazer rodar os engenhos de cana de açúcar? Essa mulher é louca’. Então, contextualizando,

fazendo uma hermenêutica para que se possa entender. Quem eram os pais dos oficiais, dos Comandantes do Exército? Os camponeses? Eram os senhores feudais – que, aqui [no Brasil], no caso, eram os Barões do Café, os grandes fazendeiros, herdeiros das Capitânicas Hereditárias, dos sesmos, das Sesmarias, está entendendo? Eram essas pessoas que mandavam no Brasil. Essas pessoas eram os pais [dos oficiais, Comandantes]. O cara era capitão do Exército, advinha quem era o pai dele? Um senhor de escravos. Outro cara era general do Exército, quem era seu pai? Um senhor de escravos. Os pais de todos os Comandantes militares tinham fazendas de escravos. A Teresa Cristina fazia festas, em sua casa não havia negros escravizados: todos alforriados e assalariados. Ela participava de festas que aconteciam dentro de sua propriedade, promovidas pelos escravizados, com batuques e cachaça, que entoavam ‘baiano bom, baiano bom, baiano bom é que sabe trabalhar’. Ela, Teresa Cristina, no meio dessa bagunça aí. A obrigação dela era ser cristã. Então, era considerada uma mulher vil, imoral. Daí, chega a filha dela, princesa Isabel, chega lá e *pum* [interlocutor faz sinal de como se estivesse assinando algo, em alusão à assinatura da Lei Áurea]. O que aconteceu? Os grandes fazendeiros, oligarcas, pegaram o exército, influenciaram Marechal Deodoro da Fonseca e derrubaram o rei, um Imperador abolicionista, que flertava com o positivismo, com o progressismo. Essa era a realidade: ele flertava com o progresso do Brasil [aqui, interlocutor ‘confunde’/obvia a perspectiva progressista com a ideia positivista de progresso] [equivocação]. Trouxe para o Brasil muitas tecnologias. Por incrível que pareça, eles investiram toda a grana da família real portuguesa aqui no Brasil, em escolas e faculdades. Tínhamos uma Constituição Federal tida como uma das mais justas do mundo, tínhamos os três poderes funcionando: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O rei funcionava como Poder Moderador. Por exemplo: sou o pai, minha esposa é a mãe, temos três filhos – Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. O que farei? Fico na minha. Se algum dos três filhos começar a dar problema, a população virá até mim, e colocarei cada um dos três em seus respectivos lugares. O Rei funcionava assim, a Constituição foi criada dessa forma, e ele [rei] a engoliu [aceitou sem questionamentos]. Quem criou essa Constituição foi José Bonifácio de Andrada. Isso é da história; infelizmente, a gente não lê. Do dia para a noite, os militares do Exército – tenho maior respeito pelo Exército, pelas Forças Armadas – derrubaram o nosso Imperador, nosso rei. Falavam: ‘ah, mas, rei, Imperador, é retrocesso’. É mesmo? Então, quer dizer que, se fosse para pensar assim, a Inglaterra, hoje, seria país de terceiro mundo. Ora, lá tem rei e rainha. Por que a Inglaterra não é país de terceiro mundo? Porque tem uma Constituição, tem Primeiro-Ministro, Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. E funciona – aliás, muito melhor do que aqui no Brasil. Então, os militares são dessa época, entendeu? Os caras, simplesmente, deram um golpe oligárquico

no Brasil. Aí, já que não havia mais negros escravizados, resolveram escravizar a população inteira. Essa é a realidade, hoje, irmão (Z., 2021).

Nos termos das equivocidades militares, a Polícia Militar e o sistema militar brasileiro foram criados em um contexto feudal, onde havia obrigações dos vassallos para com os senhores feudais, como entrega de produção e até mesmo de filhas virgens. Após a chegada da monarquia, com Dom Pedro II, houve mudanças progressistas, como o abolicionismo. Porém, os militares deram um golpe e derrubaram o imperador, levando ao período oligárquico com os Barões do Café no poder. O sistema militar no Brasil tem raízes nesse contexto feudal e oligárquico.

Outro interlocutor, I. A., é ex-seminarista, adepto de quimbanda e jornalista, repórter cinematográfico e fotográfico. Utiliza a categoria “danone” para se referir ao oficialato, em referência a uma marca de iogurtes a qual é geralmente associada a pessoas designadas como “mimadas”, de famílias abastadas. Contrastando com o primeiro interlocutor, as referências para suas analogias e associações também inclui a Idade Média, mas também o sistema de castas indiano, o Império Romano, o nazismo e a conjuntura política brasileira.

A desmilitarização a qual prego, e na qual acredito, não tem nada a ver com a desmilitarização pregada por partidos de esquerda. Nada, nada a ver. O que queremos: extinguir o oficialato. Falo em uma polícia unificada. Gosto muito do modelo americano. [...] Hoje, por exemplo, pegamos a companhia da PM que cobre essa área aqui. Sabe quem comanda a tropa? Um sargento. Oficial é algo desnecessário, que gera gastos, máfia, corrupção, roubo em licitação. É descabível para os dias atuais. Algumas estruturas de poder eram criadas e geradas para se conter isso, desde a Idade Média. Estamos falando em um período anterior ao Renascimento, então, vamos falar sobre a Idade Média, a Idade das Trevas, conforme tratado pela história. Era uma força para conter a população que vivia na miséria, para proteger uma única classe: a nobreza ou realeza. Quando se tem essa polícia única, quebra-se tudo isso. Não que não deva ter ninguém para comandar. Não estou dizendo isso. Têm delegados de polícia. Ora, qual a estrutura da polícia civil? Qual a estrutura da polícia federal? Pelo contrário. O que eu prego é uma hierarquia inteligente. Você não pode ter uma força [...]. Você forma um policial, lá; um policial militar, um soldado. Meu, ele está indo para o combate, ele é militar. Aí, ele estará nas ruas, em tese, para garantir os direitos civis das outras pessoas; mas, são direitos que ele [policial] não tem. Vamos fazer uma analogia em âmbito macro? Vocês são a favor da censura? Por exemplo: baixa uma lei que diz que, de hoje em diante, diz que, se for falar do Lula, não pode falar que ele foi preso. Não gosto do coronel Tadeu, como político – como ser humano, não tenho nada contra –, acho que fez um péssimo mandato, mas é certo ele

não poder falar, ter censurada as redes sociais? Ele foi vítima de censura, por parte do Xandão [ministro Alexandre de Moraes]. Não apenas dele [Alexandre de Moraes]. E, detalhe: tanto a Carla Zambelli quanto o coronel Tadeu - gostando ou não, ele é deputado em exercício do mandato [...]. E, o que diz a Constituição: o deputado federal tem imunidade parlamentar. Não podem ser condenados, acusados de crime nenhum, nem por falar, se expressar ou por voto algum. Volto a repetir: não gosto do major Tadeu, mas ele está sendo censurado. A Carla Zambelli está sendo censurada. Você acha que o deputado que teve mais votos no Brasil, que foi o Nikolas Ferreira, de Minas Gerais, também não foi censurado? Foi censurado. Ficou sem suas redes sociais, retomou agora. Você viu o que aconteceu na Jovem Pan?. Ah, aqui, no Brasil do Xandaquistão, eles foram proibidos de falar que o Lula havia sido preso, que seria ‘ex-condenado’, que o PCC teria ligações com o PT, dentre uma série de outras coisas. E, foram obrigados, por determinação judicial, que falassem ao vivo que o Lula é inocente. Sabe qual a pena? Cem mil reais por dia. Marcos Cintra foi considerado pelo Xandão, o presidente do Xandaquistão, como ‘ameaça à democracia’. Meu, um velhinho de quase 70 anos, cara. Como disse, não gosto do coronel Tadeu, mas ele está sendo censurado. Se ele está eleito é porque pessoas votaram nele. Estão tentando fazer com que eu não grave vídeos ao vivo no Instagram. O Xandão faz o que quer, age contra a lei, é intocável e censura as pessoas, contrariando a constituição. O que as pessoas estão sentindo, hoje, com o Xandão, é o mesmo que as praças sentem, hoje, dentro da PM. Palavras do Xandão: ‘qualquer um que contrarie o resultado das eleições é um criminoso’. Posso falar? O policial, hoje, tem um medo absurdo de trabalhar. Tem policial que está respondendo procedimento por ter falado palavrão dentro da viatura, e a câmara corporal pegou [ênfatizando o clima de perseguição, a hostilidade do oficialato e da corregedoria]. Dentro do hall dos oficiais, tenente, capitão ou major são tratados como lixo – principalmente, se é bom profissional e corre com a tropa. O militarismo da polícia é ótimo, maravilhoso, mas para coronel, para oficiais de alta patente. (I. A., setembro de 2022)

Em outro fragmento, lança mão de novas analogias:

. Sabe do que sou a favor? Assistiu a um filme chamado ‘O Gladiador’? Tem uma hora em que o imperador está prestes a morrer, e eles estão em um campo de batalha, o imperador já sabe, mais ou menos, que vai morrer, e ele vai passar o trono, o império romano. E, tem um general dele, que é o cara mais leal; e, o filho dele, que é tipo um danone, mimado, ‘ah, eu posso, eu faço acontecer’. Aí, eles estão acampados, acabaram de ganhar uma guerra, ele chama o general e diz: ‘ó, tenho um último pedido, como imperador, para você’. Ele: ‘seu pedido é uma ordem, para mim’. O imperador: ‘passarei minha sucessão do trono de Roma, e eu quero que você o assuma’. Ele respondeu negativamente, argumentando ser soldado, pessoa não entendida de política, sugerindo a indicação de um político local ou do filho do imperador, o príncipe. Insistente, o imperador reagiu dizendo que seu sucessor deveria ser ele, o general. Disse assim: ‘meu filho não é capacitado, é egoísta, mimado. Você é soldado, mas não foi corrompido pela política, como os políticos. Tem que ser você para representar o povo, você tem que ser o

imperador de Roma’. Eu concordo com esse raciocínio. Percebeu o quanto debatemos ‘ah, mas o cara da direita’, ‘porra, em quem votarei?’, ‘porra, mas apenas um deputado?’, ‘porra, você só elogiou o Mecca’, ‘e agora, quem poderá nos defender?’. Eu acho que tem que ser alguém de fora, alguém que não seja político, que não foi corrompido pela política. Cara, monarquia pode ser bem pior. Podemos dar sorte, mas pode ser bem pior, também. Cara, eu falo muito o que penso – e, isso pode ser um defeito. Acabamos de falar do Bolsonaro, que também fala tudo o que pensa, e ele perdeu voto por causa disso [no sentido de justificar que ‘falar o que pensa’, é defeito]. Ele é zoeiro. Percebam que sempre estou dizendo: ‘ó, para deixar bem claro, isso é isso [...]’. E, isso, para não ter interpretação dúbia. O Bolsonaro nunca teve esse preparo. Hitler era vegetariano, não comia carne. Eu, por ser de religião africana, sofro preconceito. Tem gente que fala que sou do diabo, do demônio, por ser de religião afro. E, engraçado que se você pegar as religiões que antecederam o cristianismo, sobretudo, no oriente, na Índia, não existe a figura do diabo. Não existe céu e inferno. Existe a roda de Samsara [...]. [Por que a Rota parou de matar, depois da implementação das câmeras?] não foi apenas a Rota, mas a polícia militar em geral. Os policiais estão com medo de trabalhar, estava conversando com policiais e, pelo fato de serem cobrados por produtividade, por terem que abordar tantos carros por dia – por mais que a lei diga que a abordagem se realiza mediante fundada suspeita – [...]. Então, esses números os quais temos acesso, que apresenta o quantitativo de abordagens – 50 milhões de veículos abordados etc. –, são produzidos a partir daqueles bloqueios que os policiais fazem, nos quais ficam anotando. Aquilo conta como abordagem. Por ordem, estão cumprindo ordem, porque eles não queriam estar ali. Eles não estão mais patrulhando favelas, combatendo o crime organizado, porque sabem que as imagens serão utilizadas contra eles. É por isso que as ocorrências de resistência, flagrantes, recapturas, tráfico etc., reduziram, dentro da polícia [interlocutor atribui às câmeras o baixo índice de ocorrências]. Hoje, não recomendaria ninguém a entrar na polícia militar. Do jeito que está, não.

Diante das ideias expostas, e à guisa de considerações finais, para seguir pensando, diria que os problemas vividos pelos interlocutores são, como presume-se, deles. Não, meus – e, talvez, não, também, dos leitores, considerando que estes também sejam paisanos. Não sou nem nunca fui militar. Tampouco, pretendo algum dia me tornar. Entretanto, a perspectiva antropológica deve ir além da simples constatação de que outras vidas enfrentam problemas diferentes. Ela não apenas reconhece a “possibilidade lógica” desses problemas, como lhes confere “virtualidade ontológica” (Viveiros de Castro, 2002). Isso significa que se ocupa de como esses problemas, mesmo que não sejam uma realidade presente em nossas vidas, já existem em potencial, como sementes que podem germinar em determinadas condições. Nesse sentido, um antropólogo é menos alguém que se propõe a descrever ou “interpretar” vidas outras, do que estabelecer as formas de como os acontecimentos que acometem aquelas vidas podem, de modo latente, vir a

acometer nossas próprias vidas. No poema Autotomia, Wisława Szymborska procede a uma figuração que é oportuna quando consideramos vidas – aqui, sem os adjetivos “militar” ou “paisano”. Ela escreve: “O abismo não nos divide. O abismo nos circunda”. Somos e habitamos este lugar. Nesse sentido, a presente proposta representa uma tentativa de conhecer de que modo o habitamos e quais as estratégias utilizamos para administrar nossa sobrevivência.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Celso. O Espírito Militar: um antropólogo na caserna. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.

GOLDMAN, Marcio. Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

INGOLD, Tim. The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill. Londres: Routledge, 2015.

KANT DE LIMA, Roberto. A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

LATOUR, Bruno. Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1991.

LEIRNER, Piero. Antropologia da guerra: teoria, etnografia e política. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2017.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

STRATHERN, Marilyn. The Gender of the Gift. Berkeley: University of California Press, 1991.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas Canibais. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

WAGNER, Roy. *Symbols That Stand for Themselves*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.